

Vinícius Gomes Lobo¹
Viviani Renata Anze Greer²

O primeiro governo Dilma e a retração do lulismo

RESUMO

Em *Subdesenvolvimento e Sociedade de Classes*, Florestan Fernandes defende que o “ponto central para a caracterização sociológica das classes sociais em sociedades subdesenvolvidas está, naturalmente, no modo pelo qual os processos de estratificação social se vinculam à ordem econômica, criada pela existência de uma economia de mercado capitalista” (FERNANDES, 2008, p. 33). Neste artigo, tentamos expor como, nos últimos 12 anos, a dinâmica da estratificação social brasileira vinculou-se à ordem econômica e por que, a partir de 2011, iniciou-se um processo de deterioração dessa ordem que culminou em uma inversão de tendência de tal dinâmica da estratificação, como se observou a partir do ano de 2015.

Palavras-chave

Subdesenvolvimento; distribuição de renda; consumo; emprego; investimento.

ABSTRACT

In his work Subdesenvolvimento e Sociedade de Classes (Underdevelopment and the Class Society), Florestan Fernandes argues that “the main point for the sociological characterization of social classes within underdeveloped societies lies, naturally, in the way in which the processes of social stratification are linked to the economic order, created through the existence of a capitalist market economy” (FERNANDES, 2008, p. 33). In this article, we have attempted to show how, over the past 12 years, the Brazilian dynamic of social stratification has been linked to the economic order, and why 2011 marked the beginning of a process of deterioration in this order. This culminated in an inversion in the trend of this stratification dynamic, especially evident from 2015 onward.

Keywords

Underdevelopment; income distribution; consumption; employment; investment.

1. Possui graduação em Ciências Sociais e mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e tem publicado em periódicos científicos sobre a teoria social de Karl Marx, a sociedade brasileira contemporânea e políticas públicas de emprego. Em 2014, publicou, na revista *Política e Sociedade*, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o artigo “Dois dogmas do lulismo”. Atualmente é Analista Técnico de Políticas Sociais do Ministério do Trabalho e Previdência Social, e coordenador do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho.
2. Possui graduação em Gestão Pública pela Universidade de São Paulo (USP) e é mestranda em Economia Regional do Instituto de Economia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Tem publicado em periódicos científicos sobre a inserção de emigrantes no mercado de trabalho brasileiro e políticas públicas de emprego. Atualmente é Analista Técnico de Políticas Sociais do Ministério do Trabalho e Previdência Social, lotada no Observatório Nacional do Mercado de Trabalho.

Introdução

Em *Dois dogmas do lulismo* (LOBO, 2014) defendeu-se que a gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva fomentou a reprodução de um modelo particular de acumulação de capital e que tal reprodução resultou em um processo de inclusão produtiva que logrou incidir sobre um problema que está na raiz do nosso subdesenvolvimento: o excedente estrutural de mão de obra. As políticas sociais implementadas, associadas ao comportamento favorável do comércio exterior e ao afrouxamento macroeconômico operado a partir de 2005, provocaram uma forma particular de expansão da demanda agregada, levando à incorporação de milhões de pessoas ao mercado de trabalho formal.

Neste artigo, pretende-se apontar possíveis razões pelas quais esse processo entrou em retração. O texto divide-se em três partes. Na primeira, revisa-se o modelo de acumulação do período lulista, apontando suas principais engrenagens e resultados. Na segunda, é feita uma rápida discussão teórica sobre o emprego na economia capitalista, que ajudará a ilustrar as razões pelas quais os avanços da “era Lula” entraram em retração, e, na terceira, são finalmente apresentadas tais razões. Para concluir, fazem-se algumas breves considerações finais, que tentam sintetizar as principais constatações do texto.

O lulismo, uma estratégia de combate ao excedente estrutural de mão de obra

O conceito de “excedente estrutural de mão de obra” é resultado de uma longa discussão sobre emprego do fator trabalho em economias subdesenvolvidas, realizada no âmbito da teoria do desenvolvimento³. As primeiras abordagens do tema se

3. Segundo Bastos e D’Ávila, “A economia clássica tinha como objeto central o desenvolvimento; no entanto, este não havia se firmado como uma disciplina distinta, com um corpo teórico próprio. O período que se segue ao da hegemonia clássica, com a ortodoxia neoclássica, abandona a problemática do desenvolvimento em favor da análise da alocação. O fim da chamada Era Liberal, com a crise de 1929, e as experiências, a partir daí foram os propulsores do debate profundo sobre o desenvolvimento, que se assistiria nas décadas de 1940 e 1950.” (BASTOS; D’ÁVILA, 2009, p. 175-176). Para mais detalhes sobre a teoria do desenvolvimento no Brasil, consultar *Pensamento Econômico Brasileiro* (1995), de Ricardo Bielschowsky.

dão sob a ótica do “desemprego disfarçado” ou “subemprego”, sendo os trabalhos de Joan Robinson (1947), de 1937, e Paul Rosenstein-Rodan (2010), de 1943, dois marcos nessa etapa do debate, a qual destacou, sobretudo, o excesso de oferta de trabalho e seu uso, ou melhor, o seu desperdício, em atividades com níveis muito baixos de produtividade, ao ponto de “a retirada de certa quantidade do fator trabalho para outros usos não diminuir o produto total do setor do qual este é retirado” (NAVARRETE, 2010, p. 357).

Apesar da importância dessas abordagens, foi com o trabalho de Arthur Lewis, em seu artigo *Desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra* (2010), de 1954, o qual até mesmo lhe valeu um prêmio Nobel, que o problema do emprego com excesso de oferta de mão de obra e o conceito de excedente estrutural foi representado teoricamente de maneira mais acabada. Segundo Lewis, “há oferta de trabalho ilimitada nos países onde a população é tão numerosa em relação ao capital e aos recursos naturais que existem amplos setores da economia em que a produtividade marginal do trabalho é ínfima, nula ou mesmo negativa” (LEWIS, 2010, p. 415). Até aí ele está em linha com o teor das primeiras abordagens do tema, contudo, para Lewis, o que importa, de fato, não é que o trabalho tenha uma baixa produtividade marginal⁴, mas que a sua oferta exceda a demanda, mesmo com salários a “preço de subsistência”, o que, segundo ele, corresponde ao produto auferido pelo camponês que, nesses países, produz para sua auto-subsistência.⁵

Desse modo, para Lewis, “a oferta de trabalho é, portanto, ‘ilimitada’ porquanto a oferta, a esse preço [de subsistência], exceda a demanda” (LEWIS, 2010, p. 416). Para ele, portanto: “Se pararmos de perguntar se a produtividade marginal é ínfima e, em vez disso, perguntarmos quais seriam os setores em que haveria trabalho adicional disponível no caso de novas indústrias que oferecessem emprego a salários de subsistência, a resposta será mais abrangente” (LEWIS, 2010, p. 416).

4. A produtividade marginal equivale ao produto extra decorrente do incremento de uma unidade de trabalho a mais numa determinada organização produtiva (RAMOS, 2012, p. 122).

5. Lewis de fato faz uma definição muito geral do que seria o “salário de subsistência”, resume-se a dizer que é o produto médio do camponês que, com baixíssima produtividade, produz para satisfazer suas necessidades mínimas. Furtado, ao discutir a questão com foco no Brasil, trata-a de forma mais completa, pois destaca o papel da escravidão, da concentração fundiária, da competição da empresa agromercantil e da falta de recursos, na definição da renda pelas “precárias condições de vida do roceiro itinerante” (FURTADO, 2008, p. 109). Ou seja, mostra o vínculo do padrão de vida reproduzido pelo camponês com questões estruturais. O que importa deixar claro é a ideia, aceita por ambos, de que a reprodução de certas condições de vida, em certos setores, influenciam os salários da economia como um todo.

No Brasil, é Celso Furtado o primeiro a dar destaque a essa questão em seu esforço de compreensão da sociedade brasileira. Segundo Boianovsky, apesar da conexão entre excesso de força de trabalho e subdesenvolvimento já fazer parte das análises de Furtado antes de 1954 — com o destaque até da elasticidade da oferta com remunerações a preço de subsistência⁶, que é o diferencial da caracterização de Lewis — foi “somente após o trabalho de Lewis, que todas as implicações analíticas da suposição da oferta ilimitada [ou excedente estrutural] de mão de obra ficaram claras” (BOIANOVSKY, 2010, p. 30).

A ênfase na existência de um excedente estrutural e o destaque de suas implicações será então perene na obra de Furtado. Em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, por exemplo, o economista afirma:

O nível do salário real [numa economia subdesenvolvida] era e é determinado pelas condições de vida prevalentes na região, sem conexão precisa com a produtividade do trabalho na nova atividade. Bastava que o salário na empresa capitalista fosse algo superior à média regional, para que se deparasse com uma oferta de mão de obra totalmente elástica. (FURTADO, 2013, p. 129-131)

Nos manuscritos do curso de Economia do Desenvolvimento, Furtado comenta os elementos de uma teoria do subdesenvolvimento:

Compreendeu-se [no estudo dos países subdesenvolvidos] que nessas economias o salário nada tinha que ver com a produtividade do trabalho [...]. A explicação, nos disse o prof. Arthur Lewis, está em que nessas economias existem dois setores: um em que rege o princípio da maximização do lucro e outro em que não rege esse princípio. É o segundo que estabelece as condições de vida da massa trabalhadora, e, como o primeiro é capaz de oferecer um salário algo mais alto, ele opera em condições de oferta ilimitada de mão de obra. (FURTADO, 2008, p. 61-62)

Mais a frente, no mesmo trabalho, ele afirma que:

Simplificando, podemos dizer que, de maneira geral, o custo de reprodução da mão de obra [ou a remuneração] nas economias desenvolvidas é homogêneo no espaço e aumenta jun-

6. Cf. *Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico* (2010), de 1951.

to com a produtividade do trabalho; e que, nas economias subdesenvolvidas, esse custo é heterogêneo no espaço e no tempo não cresce ou cresce menos que a produtividade do trabalho. (FURTADO, 2008, p. 135)

O conceito de excedente estrutural de mão de obra representa, portanto, conforme a visão dos dois autores mencionados acima, a manifestação de uma oferta elástica de força de trabalho ao preço de remunerações reais pautadas pelas condições de vida de uma população que trabalha para reproduzir o mínimo da sua subsistência.

Acerca da discussão sobre as razões que possibilitam que a força de trabalho seja ofertada em tais condições, um aspecto central é a existência de um dualismo econômico, isto é, a coexistência de dois padrões de organização produtiva, um “pré-capitalista” ou atrasado, e outro capitalista, moderno. Segundo Furtado, apesar de toda a polêmica que deu lugar à tese do dualismo⁷, “na análise que levou à concepção dualista o que se teve em mente foi demonstrar que a estrutura da economia subdesenvolvida é heterogênea, que existem dois planos de racionalidade, mas não dois setores independentes um do outro” (FURTADO, 2008, p. 64). Para ele, “o capitalismo que existe na estrutura dualista apresenta certas especificidades cuja razão de ser está nas inter-relações que mantém com o setor não capitalista” (FURTADO, 1983, p. 156), sendo a possibilidade de que o nível de salário nas empresas do setor moderno seja determinado pelas condições de vida do setor atrasado justamente uma dessas especificidades.

A reprodução do excedente estrutural, e do próprio subdesenvolvimento, tanto na visão de Furtado quanto na de Lewis, resulta, portanto, da convivência entre a produção capitalista e as organizações produtivas em que uma remuneração miserável é auferida pela mão de obra.

Desse modo, a superação deste excedente depende da diminuição da participação desses tipos de organização na ocupação da força de trabalho, o que, sem mudanças demográficas radicais, depende da expansão do setor capitalista. Como diz Furtado (1983, p. 149), “o grau de subdesenvolvimento está dado pela importância relativa do setor atrasado e a primeira condição [grifo nosso] para que haja *desenvolvimento* é que aumente a participação do setor avançado”.

7. A este respeito ver o clássico de Francisco de Oliveira, *Crítica à Razão Dualista* (2013).

Lewis, no mesmo artigo mencionado acima, propõe um modelo para esta expansão, uma teoria do desenvolvimento centrada no crescimento do lucro dos capitalistas, pois é por meio de tal crescimento que o volume de poupança aumenta, que, para ele, é a variável determinante do investimento, o qual, como é de conhecimento geral, é a forma como se expande a produção capitalista⁸. É a ampliação dos lucros, assim, o que, para Lewis, “explica a elevação da taxa de investimento [...] que acompanharia a expansão da forma capitalista de produção” (FURTADO, 1983, p. 152) e atuaria no sentido de extinguir o dualismo e o próprio excedente estrutural (BASTOS; D’AVILA, 2009, p. 179).

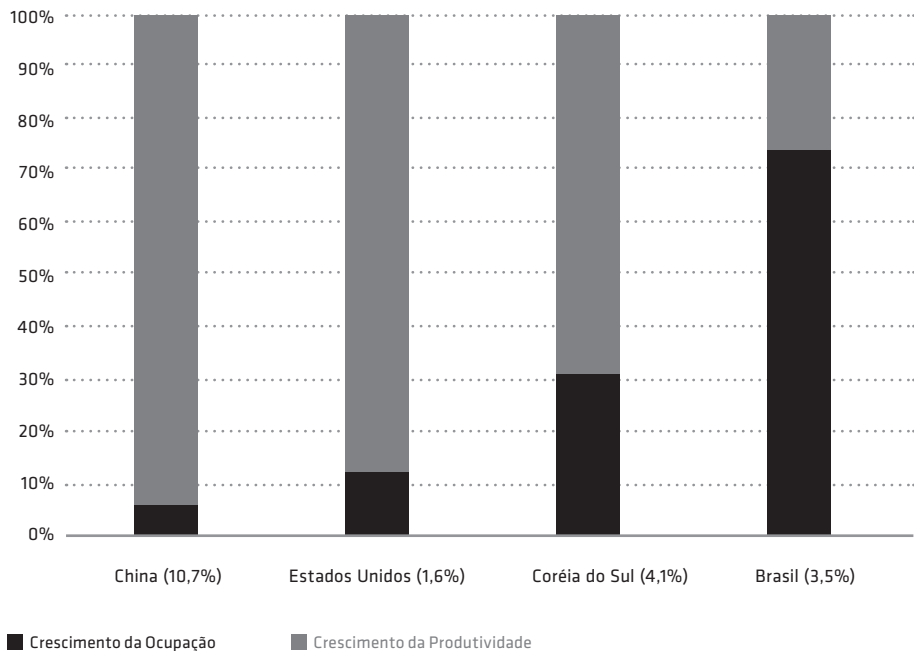
Contudo, como defende Furtado – e é preciso colocar que, a nosso ver, neste ponto que reside a essência do lulismo – “nada assegura que o excedente do setor capitalista [a poupança] seja investido de forma a absorver o setor pré-capitalista” (FURTADO, 2008, p. 64), por isso, a expansão do setor capitalista é apenas a primeira condição para que possa ser interrompida a reprodução do excedente estrutural; a outra condição, tão importante quanto a primeira, é a de que tal expansão se manifeste aumentando a proporção de mão de obra empregada nesse setor, para o que se encontram implicadas algumas questões que Lewis não considerou, como expôs a experiência brasileira e será discutido mais a frente.

Importa agora destacar, portanto, que as condições mínimas, conforme Furtado, para se combater a reprodução do excedente estrutural de mão de obra e do dualismo são: “a) crescimento mais que proporcional do setor avançado e b) aumento da proporção de mão de obra empregada no setor avançado” (FURTADO, 1983, p. 149). Ou seja, o fim do excedente estrutural depende de uma expansão capitalista que seja capaz de absorver as pessoas ocupadas nos setores organizados à base de critérios relacionados com o setor atrasado; um modelo de acumulação capaz de absorver o excesso de trabalho.

8. Logo no início do artigo aqui analisado, Lewis afirma “Este artigo foi escrito segundo a tradição clássica [...] Os clássicos se perguntaram de que modo aumenta a produção no decorrer do tempo e encontraram a resposta na acumulação de capital, a qual explicaram em termos de sua análise da distribuição de renda [no sentido do aumento da renda do capital ou dos lucros]” (LEWIS, 2010, p. 413). Mais a frente, em linha com tal tradição, ele coloca que “O problema central na teoria do desenvolvimento econômico é compreender o processo pelo qual uma comunidade que anteriormente não poupava nem investia mais de 4% ou 5% de sua renda nacional se transforma numa economia em que a poupança voluntária se situa por volta de 12% ou 15% da renda nacional” (LEWIS, 2010, p. 428) e que “a principal fonte de poupança são os lucros” (2010, p. 440), logo, “Nosso problema é, portanto, o seguinte: em quais circunstâncias aumenta a participação dos lucros na renda nacional?” (Ibidem).

A experiência de um modelo de acumulação deste tipo, para nós, está na raiz do processo de inclusão social vivenciado durante os anos 2000. Para o subsídio de tal modelo, impulsionadas pelo cenário externo, convergiram as políticas econômicas e sociais implementadas pelo ex-presidente Lula e, graças ao seu fomento, foi possível atacar o excedente estrutural. Segundo Macedo (MACEDO, 2014, p. 107), o aumento do pessoal ocupado, no período 2000-2011, foi em média de 2,4% ao ano (a.a.), enquanto que, no mesmo período, a taxa de crescimento do PIB foi de 3,5% a.a. e a da produtividade de 1,1% a.a. Com base nesses dados, o autor afirma que o crescimento foi puxado, sobretudo, pelo aumento do pessoal ocupado (70%), situação bem diferente da observada entre 1940 e 2000, quando, segundo Bacha e Bonelli (BACHA; BONELLI, 2001, p. 4), os ganhos de produtividade explicam 56% do crescimento brasileiro (5,4% a.a.).

Gráfico 1 | Decomposição do crescimento do PIB no período 2000-2011 em %.

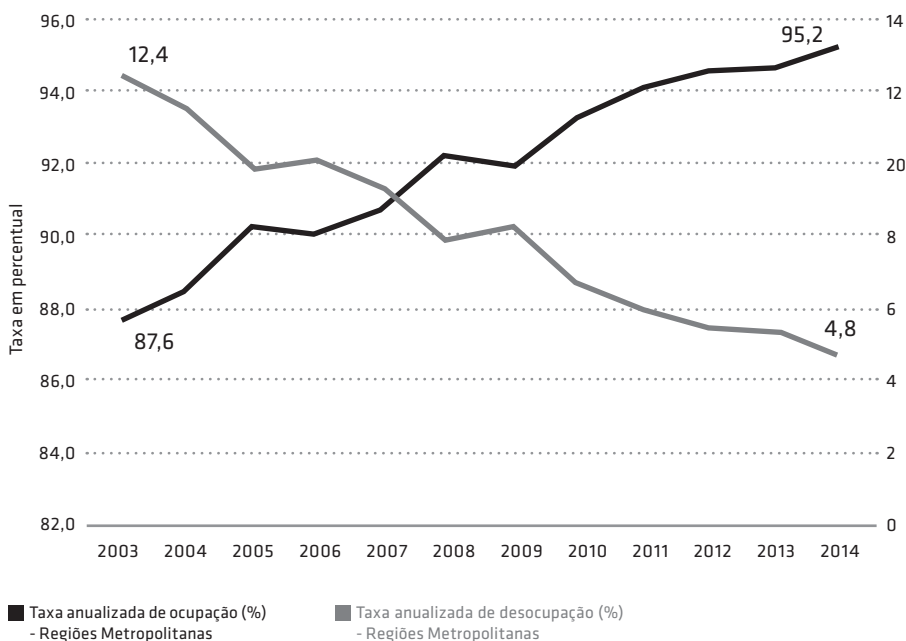


Fonte: Total Economy Database. Elaboração: MACEDO (2014).

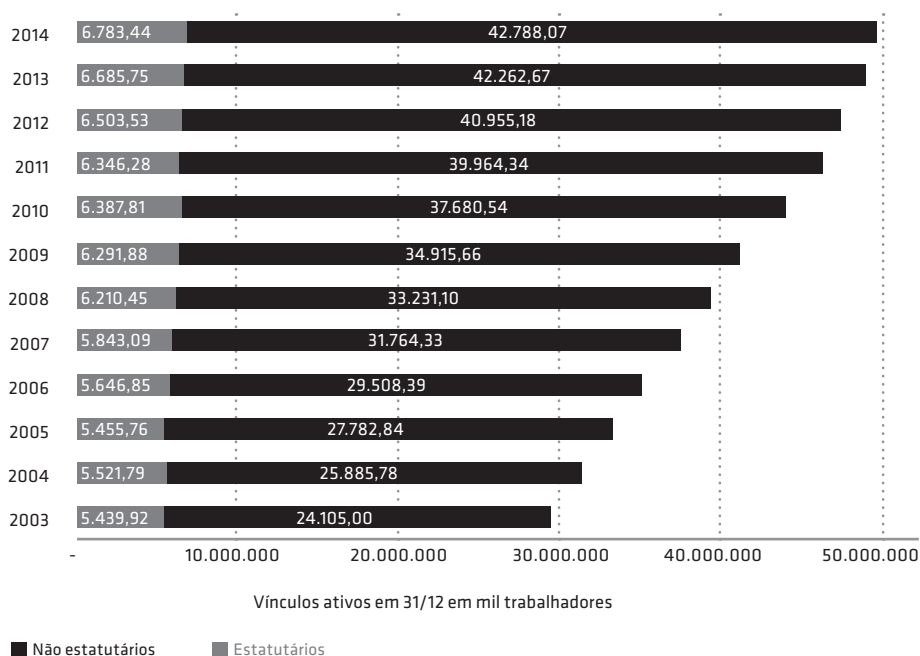
É expressivo e complementar à análise acima, a dinâmica da taxa de ocupação nas regiões metropolitanas (Gráfico 2), medida pela Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE), que saiu de 87,9% em março de 2003, primeiro mês de aplicação da nova metodologia da pesquisa, para 95% em março de 2014. Já a taxa anualizada de desocupação atingiu, em 2014, o menor valor da série histórica, 4,8%, ante 12,4% em 2003.

O mercado de trabalho formal, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho (MTb), atingiu, em 2014, o maior valor da história (Gráfico 3), quando foram registrados 49.571.510 vínculos ativos, ante 28.683.913, em 2002. Isso significa um crescimento de 73% em 12 anos, com geração média anual, de 2003 a 2014, de 1.740.633 vagas, período em que a taxa média de crescimento do emprego formal foi de 4,65% a.a., contra 3,44% da do produto.

Gráfico 2 | Evolução da taxa anualizada de ocupação e desocupação - RMs 2003-2014



Fonte: PME/IBGE. Elaboração própria.

Gráfico 3 | Evolução do mercado de trabalho formal (estatutário e não estatutário) – 2003-2014

Fonte: RAIS/MTb. Elaboração própria.

Todos os indicadores citados apontam para uma dinâmica econômica centrada no aumento do emprego do fator trabalho e para um forte crescimento de sua demanda. Contudo, tal aceleração, por si só, não traz evidência sobre a reprodução ou não de uma situação de oferta ilimitada de mão de obra. Para avaliar isso, é preciso observar como evoluíram, dentro de tal contexto, aquelas duas condições que, na discussão acima, vimos que em sua manifestação simultânea caracterizam tal situação: remuneração real pautada pelo salário de subsistência e elasticidade da oferta de trabalho.

Sobre a remuneração, o primeiro indicador a se destacar é o rendimento médio real do trabalho, o qual, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), teve crescimento real de 43,34% de 2003 a 2013, crescendo em média 3,94% ao ano. O salário mínimo, pago aos trabalhadores da base da pirâmide, passou de R\$ 260,00 em 2004 para R\$ 779,79 em 2015, uma valorização real de 72%, atingindo, segundo o Banco Central (2015, p. 01), seu maior poder de compra desde 1965.

Contudo, para a remuneração da força de trabalho, tão importante quanto à renda e o poder de compra é a formalização do emprego⁹, pois além de garantir benefícios trabalhistas como 13º salário e férias, garante o pagamento das contribuições que dão acesso à seguridade social, como auxílio doença, aposentadoria, etc. A informalidade atingiu, em 2012, o mínimo histórico no indicador mensurado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013, p. 10), feito com base na PNAD, de 39,3%, ante 51,6% em 2002 (2013, p. 10). Tendo mantido-se praticamente constante a participação das demais posições na ocupação, segundo as Pequenas e Médias Empresas (PME), a participação dos assalariados sem carteira cai de 21,8% em março de 2003 para 13,4% em março de 2014, ao passo que a dos com carteira salta de 44,8% para 55,1%.

Parece claro, por conseguinte, com base na evolução dos rendimentos, do poder compra e da formalização da força de trabalho, que houve uma melhora no padrão de remuneração do fator trabalho, afastando-se este daquelas “condições de subsistência” que caracterizam a situação de oferta ilimitada de mão de obra. A maioria da população, portanto, passou a auferir uma recompensa melhor pelo seu trabalho, contudo, a fim de confirmar uma evolução nas condições de oferta de mão de obra, tendo em vista a discussão sobre um excedente estrutural, é preciso avaliar a elasticidade de tal oferta.

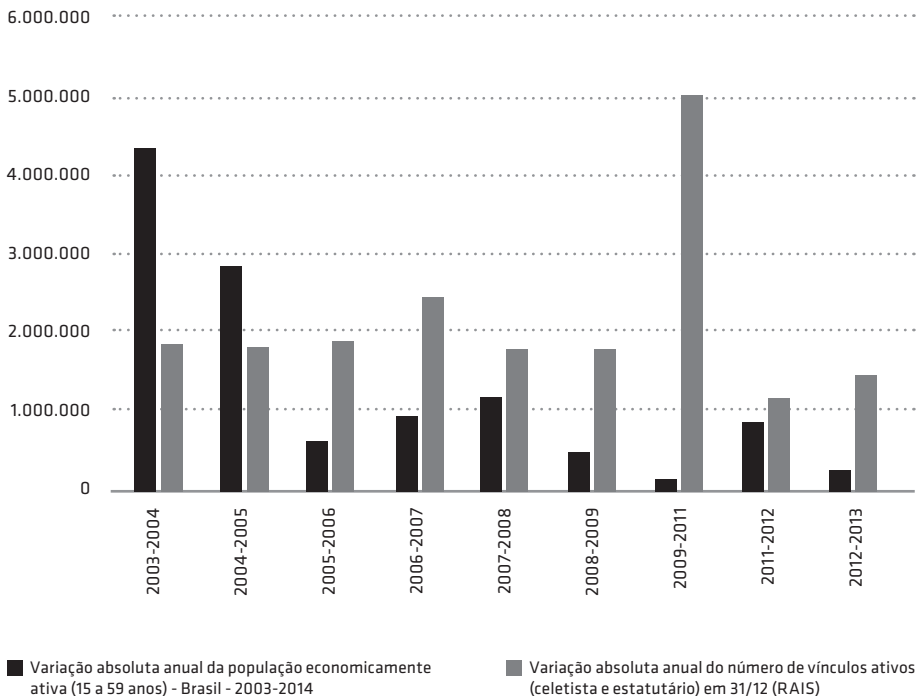
Sobre isso, é elucidativo o movimento da taxa de participação, a qual, de acordo com a PNAD/IBGE, após subir de 2003 a 2008, cai continuamente a partir de 2009, saindo de 68,5% para 65,4% em 2013. Menos pessoas se dispuseram, por conseguinte, a oferecer sua força trabalho, e isso em um contexto de baixa desocupação e elevação da remuneração, o que nega a hipótese de que tal diminuição estaria atrelada ao desalento. Destaca-se aqui a queda na participação da população jovem (15 a 24 anos), de 65,24% em 2005 para 57,10% em 2013, refletindo não só o impacto do aumento da ocupação e da remuneração do trabalho na renda familiar, mas também as políticas educacionais, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e a política de expansão das universidades públicas.

9. “Em cada sociedade [...] a massa trabalhadora desfruta de certo padrão de vida, o qual tem um componente de salário monetário e outro de benefícios sociais” (FURTADO, 2008, p. 133).

Os dados analisados acima apontam uma evolução nas duas condições que caracterizam uma situação de excedente estrutural de mão de obra, a remuneração e a elasticidade da oferta força de trabalho, o que nos permite afirmar que a recente aceleração no emprego do fator trabalho impactou em alguma medida sobre tal situação.

A variação do número de vínculos formais ilustra esse cenário de maneira geral *vis-à-vis* a variação anual da População Economicamente Ativa (PEA): o Brasil teve uma geração anual de empregos formais superior à variação anual dos trabalhadores que pressionam o mercado (Gráfico 4), o que permitiu ao país aumentar a ocupação e o rendimento do trabalho ao mesmo tempo em que diminuiu a elasticidade da sua oferta.

Gráfico 4 | Evolução da variação absoluta da PEA e do número de vínculos ativos 2003-2013



Fonte: PNAD/IBGE e RAIS/MTb. Elaboração própria.

Parece, portanto, evidente que, nos últimos 12 anos, a produção capitalista se expandiu com alta absorção de mão de obra e que isso incidiu sobre as condições de oferta dela. Contudo, a fim de concluir esta seção, resta analisar como isso foi possível.

Como dito acima, Lewis propõe um modelo que pretende explicar o processo pelo qual a organização capitalista da produção se expande e tende a absorver a força de trabalho antes organizada à base de critérios pré-capitalistas e, em resumo, nesse modelo, é o crescimento da poupança resultante do lucro da classe capitalista que “engendraria uma acumulação de capital capaz de dar emprego no setor capitalista à totalidade de mão de obra” (FURTADO, 1983, p. 151). A poupança é, assim, a variável essencial do modelo do Lewis, capaz de, pelo seu acúmulo, provocar as inversões que por sua vez ocuparão a população no setor avançado e mitigarão o dualismo estrutural.

Furtado é crítico dessa proposta, e para ele “o valor explicativo desse modelo se limita ao comportamento do setor capitalista ali onde ele cresce por indução externa [...] a forma como se distribui a renda internamente não apresenta maior significação para o próprio processo de crescimento” (FURTADO, 1983, p. 152). Para ele, Lewis não considera que a associação de um perfil altamente concentrado de distribuição de renda com a dependência da oferta externa de bens de consumo afeta o nível e o perfil da demanda interna, influenciando, assim, os efeitos das inversões ou da expansão capitalista sobre o emprego, o que traz uma série de dificuldades à absorção da força de trabalho, ainda que cresça a poupança e o investimento. Como dito na citação acima, o modelo de Lewis funcionaria bem em uma economia com estímulo constante pelo mercado externo e na qual a concentração de renda não influenciasse o perfil da procura interna e do investimento.

Para Furtado, a concentração de renda embarga os efeitos da expansão capitalista sobre o emprego porque “traz consigo certa evolução no perfil da procura que se traduz em dependência crescente com respeito à oferta externa de bens de consumo e numa alocação de recursos produtivos ligados ao mercado interno que tende a elevar a dotação de capital por pessoa” (FURTADO, 1983, p. 152). Ou seja, a concentração de renda afeta direta (restrição da propensão a consumir) e indiretamente (associação com a oferta externa e alta dotação de capital por pessoa na produção doméstica para o mercado interno) a formação de um mercado de consumo de massas, capaz de estimular a produção e a comercialização doméstica de bens e serviços de consumo; assim, “é fácil compreender

que o excedente, longe de deixar-se absorver, tende a persistir e, em muitos casos, em razão do crescimento demográfico, a aumentar” (FURTADO, 1983, p. 152-153).

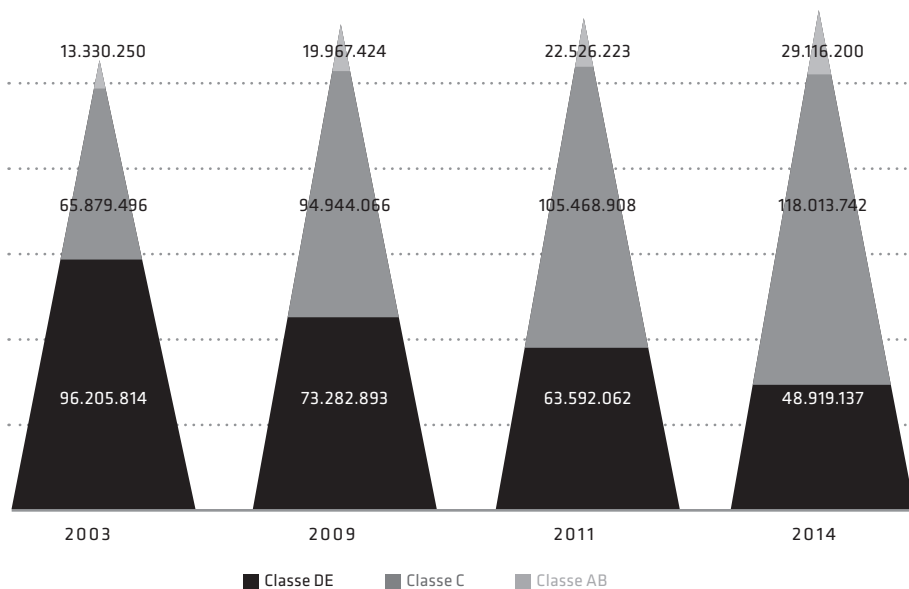
Pode-se afirmar, por conseguinte, que, para Furtado, a baixa capacidade histórica de absorção de mão de obra do capitalismo brasileiro residiria na estagnação do perfil da procura interna, o que, sumariamente falando, seria reflexo de uma estrutura de distribuição de renda concentrada e de seus efeitos sobre o consumo e o investimento e, conseqüentemente, sobre o emprego. Soma-se a isso, ainda, a estagnação da estrutura produtiva do setor primário. Em suma, as forças que historicamente foram responsáveis pela expansão da produção capitalista no Brasil – o consumo, a expansão no setor secundário e a expansão do setor primário – reproduziram-se assumindo padrões que alimentaram precariamente a renda e a demanda doméstica e, assim, engessaram os investimentos na intensificação e diversificação da oferta local de bens e serviços de consumo, o que permitiu à economia crescer com baixa absorção de mão de obra.

Para Furtado, portanto, “a reprodução da baixa capacidade de absorção de mão de obra da economia brasileira está associada à reprodução de um perfil de procura doméstico concentrado e associado à oferta externa, o que inibe a expansão da produção e comercialização doméstica de bens e serviços de consumo e estimula a importação e inversões domésticas com baixa participação orgânica do fator trabalho”; assim, a elevação do nível de renda da população e a diversificação do consumo teriam “maior significação para a absorção do excedente estrutural de mão de obra do que uma intensificação do processo de formação de capital” (FURTADO, 1983, p. 153). É uma clara relação entre perfil da demanda e composição orgânica da acumulação.

Para nós, a experiência do período lulista representa uma confirmação empírica da hipótese furtadiana expressa no final do parágrafo acima. O grosso do aumento da ocupação vivido nos últimos anos está essencialmente vinculado à expansão e diversificação do consumo, o que, conforme expresso logo abaixo, é uma consequência direta do processo de distribuição de renda vivido durante a “era Lula”. Já se expôs acima alguns dados sobre a evolução dos rendimentos e, além desses, podemos citar também, no sentido de evidenciar tal distribuição¹⁰, a evolução do índice de Gini, que saiu de 0,594 em 2001 para 0,490 em 2014, e a evolução da distribuição da população dentro da pirâmide de classes econômicas (Gráfico 5), conforme Neri (2014, p. 14).

10. Cf. também o Comunicado do IPEA nº 155: *A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda* (2012).

Gráfico 5 | Pirâmide populacional e classes econômicas 2003, 2009, 2011 e 2014



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: NERI (2014).

Em um trabalho que consideramos seminal para compreender a dinâmica recente da economia brasileira, Carlos Aguiar de Medeiros aponta que:

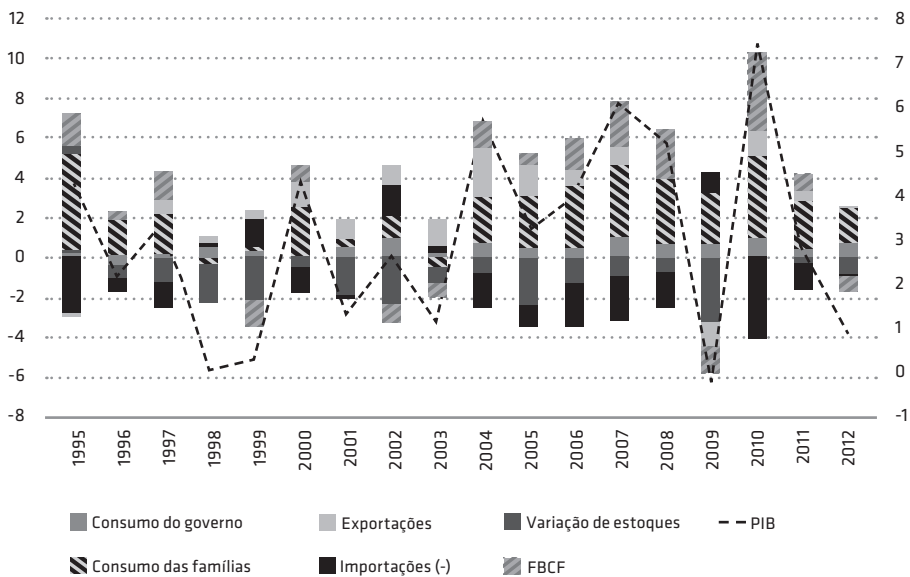
As principais transformações ocorridas de renda no período – e que são importantes para a análise do padrão de consumo – foram a elevação do poder de compra dos 25% mais pobres e a mudança da distribuição das famílias por níveis de renda. Neste sentido, destaca-se o aumento de 30% na renda dos 50% mais pobres [...] a elevação da renda familiar per capita entre os 25% mais pobres, dos 50% mais pobres (com renda familiar de 2 a 3 SMs e de 3 a 5 SMs) e dos 25% subsequentes (a baixa classe média). (MEDEIROS, 2015, p. 68)

Medeiros então demonstra que, com essa evolução da renda, houve um deslocamento no perfil de consumo da sociedade brasileira, com forte aumento na participação das despesas com transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, serviços e eletrodomésticos, os quais, entre 2003 e 2009 cresceram 6,5%, 10,1%, 11,0%, 10,2% e 4,1%, respectivamente, bem acima da média da economia (MEDEIROS, 2015,

p. 70). Ajuda a sustentar tal relação o trabalho recente de Bielschowsky, Squeff e Vasconcelos (BIELSCHOWSKY; SQUEFF; VASCONCELOS, 2015, p. 24), no qual se aponta que o crescimento médio anual do valor adicionado do setor de bens de consumo não duráveis, do setor de duráveis e do setor de serviços de consumo de massa, que, entre 2003 e 2005, foi de 4,6%, 9,7% e 6,2% e entre 2005 e 2008 foi de 2,4%, 5,8% e 8,2%, proporção que se mostra alinhada com um crescimento do consumo na base da pirâmide social.

Para Medeiros, “o ciclo de crescimento da última década baseou-se, em particular, em forte expansão do consumo das famílias” (MEDEIROS, 2015, p. 74), o que “induziu substancial aumento do emprego formal nas ocupações de menor qualificação” (Ibidem). Confirma isso o fato de que, desde 2004, o consumo das famílias passa a comandar o crescimento (Gráfico 6), e este último, como vimos um pouco acima, no período, fundamenta-se no uso do fator trabalho, o que nos permite defender, portanto, a vigência da relação renda-consumo-emprego-renda-consumo-crescimento.

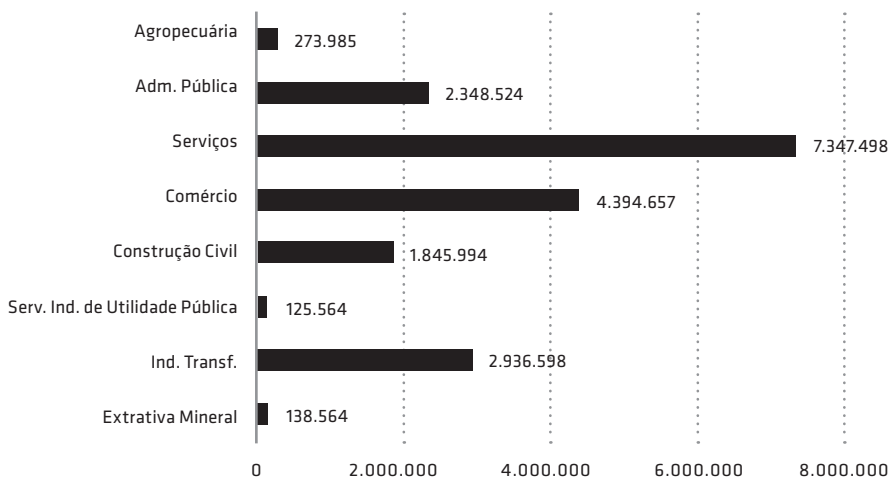
Gráfico 6 | Contribuição ao crescimento 1995-2012



Fonte: Ipeadata. Elaboração: AMITRANO (2015).

A composição setorial dos empregos formais gerados entre 2004 e 2013 (Gráfico 7) ajuda a ilustrar essa relação entre emprego, renda e consumo: cresce de forma vigorosa o saldo do setor de serviços (7.347.498), seguido pelo comércio (4.394.657) e pela indústria de transformação (2.936.598), com destaque ainda para o setor de construção civil (1.845.994). Quando essa relação não é praticamente unívoca, como nos serviços e no comércio, podemos afirmar, haja vista o crescimento do valor adicionado de setores relacionados ao consumo, que a relação entre emprego, renda e consumo é muito significativa, como na indústria de transformação e na construção civil.¹¹

Gráfico 7 | Saldo líquido de empregos formais 2004-2013



Fonte: RAIS/MTb. Elaboração própria.

Assim, concluímos que a experiência distributiva articulada pelo ex-presidente Lula ajudou o país a avançar no combate a um dos problemas estruturais de sua economia, o de uma oferta ilimitada ou um excedente estrutural de mão de obra. O processo de distribuição de renda, cujos três vetores foram “a redução da pobreza, a ele-

11. Para uma exposição detalhada da composição setorial do emprego do período em análise, ver: *Um Mapa Setorial do Emprego* (2015), de Claudio Amitrano.

vação do salário mínimo real e o aumento e composição do emprego formal” (MEDEIROS, 2015, p. 63), aliados à expansão do crédito e ao controle da inflação, contribuiu para a expansão e diversificação do consumo interno, o que levou à expansão da produção e comercialização doméstica de serviços e bens de consumo, o que, por sua vez, fomentou a geração da maior parte dos empregos que permitiram ao país melhorar a integração de sua força de trabalho à economia. Com o apoio do ex-presidente, a distribuição de renda e a diversificação do consumo demonstraram, portanto, como defendia Furtado, a sua significação para a ordem econômica subdesenvolvida, promovendo um modelo de expansão capitalista capaz de potencializar a absorção do fator trabalho.

Entretanto, antes de encerrar esta seção é preciso destacar o seguinte: a importância da conjuntura internacional e do aumento dos preços internacionais das *commodities* para as políticas de distribuição de renda e o sucesso do modelo de acumulação vivenciado. O dinamismo do comércio exterior foi fundamental para aumentar o ritmo de crescimento do produto a partir de 2003 e induziu a um maior aumento do consumo e do investimento, aumento este que permitiu ao governo incrementar a sua arrecadação e dispor de recursos para poder agir mediante maiores despesas públicas e, assim, implantar políticas distributivas e diversificar o consumo. Isso, contudo, não retira da gestão, da intervenção governamental, o seu papel. Como coloca Baltar:

A situação internacional melhorou os termos de troca do comércio com outros países, mas o governo teve de atuar, vencendo resistências, para que a elevação dos termos de troca beneficiasse toda a população. A ação do governo foi importante para que o maior crescimento do PIB e a menor inflação resultassem em forte crescimento do emprego formal, elevação do poder de compra da renda do trabalho, redução nas diferenças de renda entre os trabalhadores e aumento de renda de pessoas sem condições para participar da atividade econômica. (BALTAR, 2014, p. 450-451)

A conjuntura internacional e o aumento do preço internacional das *commodities* foram, portanto, condições necessárias para a gênese de um modelo de acumulação com elevada participação orgânica do fator trabalho, porém, o seu desenvolvimento ou vir-a-ser histórico foi resultado da atuação político-econômica do Estado, conforme discutido acima.

Breve discussão sobre o emprego na economia capitalista

Defendemos na seção anterior que a “era Lula” confirmou o entendimento de Furtado sobre o tipo de fluxo econômico capaz de aumentar a absorção do fator trabalho em economias com excedente estrutural de mão de obra e acreditamos que isso ficou minimamente ilustrado segundo os indicadores analisados. A proposta para esta seção é fazer uma breve revisão teórica, de maneira a: primeiro, detalhar um pouco mais a lógica por detrás do modelo de acumulação de capital fomentado durante a gestão do ex-presidente Lula e, segundo, agregar à discussão aqueles elementos teóricos que, a nosso ver, ajudam a explicar a retração vivida na gestão da presidente Dilma Rousseff.

Para nós, a proposição fundamental para se entender o modelo de acumulação da “era Lula” é a seguinte:

A variação do volume da demanda global e a variação de sua composição condicionam a composição da oferta e, portanto, a escolha da combinação produtiva dos fatores envolvidos na inversão e, em consequência, a produtividade média global e o nível de emprego. (FURTADO; SOUSA, 1970, p. 475)

Conforme expresso na seção anterior, a variação no volume da demanda agregada, durante a gestão do ex-presidente Lula, resultou, sobretudo, de um aumento do consumo das classes da metade de baixo da pirâmide social, tendo, assim, tal variação, um perfil particular, centrado em bens e serviços de consumo de massa, perfil este que, por sua vez, estimulou uma composição orgânica particular de oferta, marcada por uma elevada participação relativa do fator trabalho (Gráfico 1).

O perfil da demanda, portanto, determina a composição das combinações produtivas das novas inversões (FURTADO; SOUSA, 1970, p. 478). Tal qual exposto acima, o perfil da demanda da economia brasileira, ao longo do século XX, esteve muito vinculado à procura das classes mais altas, o que fez com que o fluxo de renda aplicado no abastecimento dessa demanda direcionasse-se à importação de produtos e à adoção interna de combinações produtivas altamente capitalizadas e poupadoras de mão de obra. O acesso das classes menos favorecidas a uma maior renda monetária estimulou a procura e o comércio de serviços e bens de consumo de massa, cuja oferta é essencialmente doméstica e marcada, sobretudo no setor de serviços e no comércio,

por um baixo nível de capitalização e alta participação do fator trabalho. Tal como argumenta Furtado:

Se a importância relativa da demanda dos “mais ricos” se acentua e há, em consequência, maiores solicitações de bens que são produto de técnicas de produção de nível tecnológico relativamente mais elevado e mais capitalizadas, então as novas inversões serão relativamente mais capitalizadas de como seriam com intensificação da demanda dos “menos ricos”, a qual se manifestaria pela difusão de bens de consumo com técnicas de produção correntes e menos capitalizadas. (FURTADO; SOUSA, 1970, p. 477)

Assim, “a forma como evolui a procura é um fator fundamental na orientação das novas inversões” (FURTADO, 2010, p. 340). Contudo, para que a acumulação incentivada por uma determinada evolução da procura possa reproduzir-se, é preciso haver uma compatibilidade com a oferta dos fatores requeridos, ou melhor, a elasticidade na curva da oferta de fatores de produção relacionados às inversões requeridas também é um fator de importância fundamental. Como vimos na primeira seção, o principal fator demandado pelas inversões estimuladas pela evolução da demanda durante a “era Lula” foi justamente o trabalho, o que é lógico, haja vista o elevado crescimento do setor de serviços, do comércio e do setor de bens de consumo não duráveis, setores de baixa capitalização. A evolução do perfil da demanda no período estimulou, portanto, a procura por força de trabalho, mais especificamente uma força de trabalho urbana e de baixa qualificação, exatamente aquele fator de produção de que dispomos em abundância e a baixos preços relativos, o que fez com que, para os setores acima, as limitações impostas pelos típicos problemas de capacidade produtiva da economia brasileira, tais como infraestrutura e carga tributária, por exemplo, pudessem ser temporariamente mitigados. Além disso, é preciso destacar, no que se refere a esse ponto, a importância da queda do dólar e os incentivos à agricultura familiar e à produção de alimentos, o que ajudou a segurar a inflação e, consequentemente, a elevação dos custos de reprodução do fator trabalho.

É preciso ressaltar que a constatação feita aqui sobre a elasticidade na curva de fatores não se aplica ao setor industrial, o qual, até o ano de 2009 respondeu de maneira importante ao estímulo dado pela evolução da demanda, mas a partir de então, devido, sobretudo, à interação entre a valorização do câmbio, o aumento da compe-

titividade internacional, ao aumento do custo de reprodução da mão de obra, iniciou uma trajetória de regressão que se arrasta até os dias atuais.¹²

Em suma, estamos falando aqui, claramente, de um modelo de acumulação estimulado pela demanda – *demand push*, contudo, tal constatação, por si só não é suficiente para explicar o crescimento da taxa de ocupação do fator trabalho no período, para tal, é preciso destacar também, tanto a evolução do perfil dessa demanda quanto a disponibilidade dos fatores requeridos pelas inversões que responderam a tal evolução. Foi, portanto, a combinação sistêmica de três fatores, (a) o crescimento da demanda, (b) o perfil de sua evolução, associado a serviços e bens de consumo de massa, e (c) uma alta disponibilidade dos fatores requeridos pelas inversões que responderam a tal crescimento, o que, em nossa visão, de maneira geral, fundamentou o modelo de acumulação vivido durante a gestão do ex-presidente Lula, modelo este que acelerou a absorção de mão de obra e colocou o nível de emprego em patamares inéditos para nossa história recente.

No entanto, conforme coloca o próprio Furtado, uma vez que, baseado em um incremento da demanda e das inversões, o emprego atinge um determinado nível de equilíbrio, para manter-se nesse nível, ele “teria de ser necessariamente dinâmico, isto é, com crescimento do nível da renda e da capacidade produtiva” (FURTADO, 1983, p. 53). Para nós, foi justamente tal dinâmica, ou melhor, a ausência dela, sobretudo na continuidade do crescimento da renda e da demanda, que marcou a primeira gestão da presidente Dilma e levou o modelo de acumulação da “era Lula” precocemente à retração.

Para nós, portanto, foi a intensidade do crescimento da demanda o principal responsável pela contração no ritmo da acumulação durante a primeira gestão Dilma, ou seja, o crescimento do nível de renda, necessário para manter o emprego em um determinado nível de equilíbrio previamente alcançado, tal como menciona Furtado na citação acima, não ocorreu; na verdade, como veremos na próxima sessão, ele decresceu.

Até aqui, utilizamos o referencial teórico estruturalista¹³ de Furtado para analisar o modelo de acumulação vigente na “era Lula”, entretanto, julgamos que, para anali-

12. Para maiores informações sobre essa questão cf. *Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro*, de José L. Oreiro e Carmem A. Feijó (2010).

13. Para maiores esclarecimentos sobre o método estruturalista empregado por Furtado cf. o anexo metodológico da primeira parte de *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1983).

sar o que prevaleceu durante a primeira gestão Dilma, é preciso passar a tomar como base a teoria do emprego de John Maynard Keynes. Apesar de *a priori*, isso parecer contraditório (haja vista que Furtado, em diversas ocasiões, expressa sua opinião de que a teoria keynesiana não se adequa às economias subdesenvolvidas),¹⁴ adentraremos na abordagem de Keynes, na sua *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (pois aí se expõe como flutuações na renda e na demanda agregada determinam variações na escala da produção e do emprego), devido ao fato de que, como defendido acima, a intensidade do crescimento da demanda agregada foi o fator central, e de que quando a presidente assumiu o governo, já estava em vigor um modelo de acumulação capaz de despistar os entraves estruturais que impediam a esperada repercussão do consumo e do investimento sobre o nível de emprego (e não houve grandes alterações na situação técnica, de recursos e de custos).

Partindo de uma crítica aos modelos clássico e neoclássico, baseados na lei de Say, que pressupõem que a oferta cria sua própria demanda, lei esta que equivale à proposição de que não há obstáculo real à acumulação e ao pleno emprego (KEYNES, 1988, p. 35), Keynes irá então se propor a sistematizar os determinantes da demanda agregada dentro da economia capitalista, defendendo a sua centralidade para o nível de emprego. Para ele, “não sendo esta [a de Say] a verdadeira lei que relaciona a demanda e as funções da oferta, falta ainda escrever um capítulo da teoria econômica, cuja importância é decisiva e sem o qual é inútil qualquer discussão a respeito do volume de emprego” (KEYNES, 1988, p. 35), e é justamente tal capítulo, que explique a dinâmica da demanda dentro do capitalismo, que “explique com clareza como e por que a demanda efetiva poderia ser deficiente ou excessiva” (KEYNES, 1988, p. 38), que ele pretendeu escrever com sua *Teoria Geral*.

Segundo Bresser-Pereira, “podemos afirmar que a macroeconomia keynesiana, exposta na *General Theory*, é uma teoria do emprego baseada na ideia de procura agregada. O nível de emprego depende da procura agregada, ou seja, da renda” (BRESSER-

14. Para Furtado, Keynes, “Preocupado com os fatores determinantes a curto prazo do nível de emprego, emprestou um papel paramétrico a uma série de variáveis e [...] dados esses elementos, cabia demonstrar que outras variáveis respondem pelas flutuações no nível de emprego. Dentre estas, Keynes destacou o montante das inversões, cujos determinantes passaram a preocupá-lo diretamente. Havendo atribuído o papel de variável básica ao nível das inversões, Keynes daí não inferiu todas as consequências necessárias” (FURTADO, 1983, p. 53). Em suma, segundo Furtado, Keynes propõe uma relação de causalidade demasiadamente geral entre o volume das inversões e o nível de emprego, assumindo como dados uma série de fatores que possibilitam que se manifeste o efeito multiplicador; no entanto, tais fatores, não necessariamente se manifestam em economias subdesenvolvidas. Sobre esta questão ver também *Investimento, renda e o multiplicador numa economia subdesenvolvida*, de Rao (2010).

-PEREIRA, 1976, p. 31). Keynes coloca o emprego como algo dependente da demanda agregada, o que significa, como coloca Bresser-Pereira acima, que o emprego é dependente da renda, já que é somente por meio desta que a demanda existe de maneira concreta para a economia capitalista. Contudo, é preciso ter em mente que não é apenas o volume de renda que interessa, mas também a forma como esta renda participa ou se manifesta dentro da economia.

E, para Keynes, a renda alimenta a demanda agregada essencialmente de duas maneiras: como consumo e como investimento. Segundo o economista, as grandes linhas de sua teoria podem expressar-se da maneira que se segue:

Quando a renda agregada aumenta, o consumo agregado também aumenta, porém não tanto quanto a renda. Em consequência, os empresários sofreriam uma perda se o aumento total do emprego se destinasse a satisfazer a maior demanda para consumo imediato. Dessa maneira, para justificar qualquer volume de emprego, deve existir um volume de investimento suficiente para absorver o excesso da produção total sobre o que a comunidade deseja consumir quando o emprego se acha a determinado nível. A não ser que haja este volume de investimento, as receitas dos empresários serão menores que as necessárias para induzi-los a oferecer tal volume de emprego. Daqui se segue, portanto, que, dado o que chamaremos de propensão a consumir da comunidade, o nível de emprego [...] dependerá do montante de investimento corrente. (KEYNES, 1988, p. 35)

O nível de emprego, isto é, o nível de uso dos fatores por parte dos empresários depende da procura agregada, que tem como principal componente o consumo, o qual, por sua vez, depende da renda disponível e tende a crescer em um ritmo menor do que esta, pois com o aumento da renda aumenta a propensão a poupar. A fim de compensar esse aumento de poupança é preciso aumentar o investimento, pois a demanda *per se* não será suficiente para absorver a produção total e, assim, o nível de emprego cairá, logo, “o emprego só pode aumentar *pari passu* com o investimento” (KEYNES, 1988, p. 87).

A lei que está na base da função keynesiana da demanda agregada, que, segundo Keynes (1988, p. 77), “podemos basear-nos com inteira confiança [...] consiste em que os homens estão dispostos a aumentar seu consumo à medida que sua renda cresce, embora não em quantia igual ao aumento de sua renda”. Segue-se de tal fato, como diz Singer (1979, p.19) “que quanto maior o emprego tanto maior será a brecha entre

o preço da oferta agregada do produto correspondente e a soma que os empresários podem esperar obter do dispêndio dos consumidores”, logo, “a elevação na demanda de trabalho só pode realizar-se através de um incremento no investimento” (RAMOS, 2012, p. 264).

É, por conseguinte, partindo de uma suposição psicológica simples, de seus efeitos sobre o consumo e do resultado de tais efeitos sobre a rentabilidade do capital, que chega Keynes à conclusão de que o emprego só pode aumentar com o investimento. Ele olha para a economia capitalista e enxerga “uma tendência permanente ao subconsumo” (BRESSER-PEREIRA, 1976, p. 32), pois em uma economia monetária não só é possível poupar como também é possível obter ganhos optando por manter parte da renda em estado líquido.¹⁵ Assim, para que uma economia se mantenha em expansão, elevando desse modo o nível de emprego, é preciso suprir a brecha entre renda e consumo com investimento. Esse último precisa, portanto, “crescer a uma taxa superior à da renda” (SINGER, 1979, p. 20).

E o investimento, para Keynes, depende da relação entre eficiência marginal do capital e taxa de juros: “enquanto a eficiência marginal do capital for superior aos juros, vai haver investimento” (HERSCOVICI, 2013, p. 490). Segundo Keynes, quando um indivíduo adquire “um bem de capital, adquire o direito ao fluxo de rendas futuras que espera obter da venda de seus produtos, enquanto durar esse capital, feita a dedução das despesas correntes necessárias” (KEYNES, 1988, p. 101); assim, a eficiência marginal é o lucro líquido esperado baseado em um gasto produtivo, a expectativa de ganhos frente a um desembolso para produzir e vender uma mercadoria. Se essa renda superar o retorno pago pela taxa de juros, aumentará o investimento, e, assim, aumentará o nível de consumo da economia, conseqüentemente, aumentando, também, o nível de emprego.

Em um modo de produção no qual o consumo depende da renda e o primeiro tende a ser menor que a segunda – e a renda depende essencialmente de unidades de salário derivadas do emprego, já que virtualmente todo lucro é poupado – é preciso compensar tal subconsumo aportando novos aflusos de unidades de renda ao mercado, o que, para Keynes ocorre quando novos empregos são gerados com base em novos investimentos.

15. “O erro da teoria ortodoxa, sustentava Keynes, estaria em associar o *desejo de possuir riqueza* com a decisão de *fazer mais investimentos*” (BELLUZO; ALMEIDA, 2002, p. 43).

O multiplicador keynesiano é justamente a “relação precisa entre o fluxo de investimento e os volumes agregados do emprego e da renda” (KEYNES, 1988, p. 87). É a forma como o primeiro alimenta a segunda, agregando novas unidades de renda/salário à demanda agregada da economia. O multiplicador, seja ele maior ou menor, depende da decisão dos capitalistas de investir que, por sua vez, depende da taxa de juros e da eficiência marginal do capital.

É importante destacar que a taxa de juros, para Keynes, não depende da disponibilidade de poupança, isto é, do volume de lucros, tal qual nos clássicos, pois “não é o ‘preço’ que equilibra a demanda de recursos para investimento com a disposição de abstenção do consumo presente, mas sim o que equilibra o desejo de manter riqueza na forma de dinheiro com a quantidade de moeda disponível” (COSTA, 2009, p. 8). Assim, para Keynes, a taxa de juros não é resultado da interação entre oferta e procura de poupança e investimento, não funcionando, dessa maneira, como mecanismo que automaticamente equilibra essas duas variáveis, o que desconstrói “a ideia de que sempre que um indivíduo realiza um ato de poupança faz algo que, automaticamente, reduz a taxa de juros e que essa baixa estimula, automaticamente, a criação de capital” (KEYNES, 1988, p. 126). Logo, “uma menor disposição para gastar será vista de uma perspectiva bastante diferente se, em vez de considerá-la como um fator que, *ceteris paribus*, aumenta o investimento, for considerada como um fator que, *ceteris paribus*, faz diminuir o emprego” (KEYNES, 1988, p. 131).

O papel de regulador automático entre poupança e investimento atribuído pelos neoclássicos à taxa de juros era o seu principal recurso para negar a hipótese de um subconsumo, justificar a lei de Say e pregar a centralidade da poupança – e, logo, do lucro – como variável independente da acumulação. Como claramente coloca Keynes:

A análise tradicional é defeituosa, porque não conseguiu isolar corretamente as variáveis independentes do sistema. A poupança e o investimento são as variáveis determinadas e não os determinantes do sistema. São o produto gêmeo dos determinantes, quer dizer, da propensão a consumir, da escala de eficiência marginal do capital e da taxa de juros. (KEYNES, 1988, p. 130-131)

Keynes, portanto, ao demonstrar os limites à igualdade entre poupança e investimento em economias monetárias, *vis-à-vis* a preferência pela liquidez dos agentes econômicos, rompe, de dentro para fora, com o modelo clássico, o que lhe abre espaço para uma reorganização teórica substancial, a qual centra nos determinantes da demanda – a propensão a consumir e o investimento, este último determinado pela escala de eficiência marginal do capital e pela taxa de juros – a explicação do emprego e da acumulação.

E a consequência prática fundamental de tal reorganização, conforme dito ao final da *Teoria Geral*, é “a ampliação das funções do governo, que supõe a tarefa de ajustar a propensão a consumir com o incentivo para investir” (KEYNES, 1988, p. 249); e é justamente no desempenho de tal tarefa, durante o primeiro mandato da presidente Dilma, que pensamos residirem as razões da retração atual do lulismo.

Dilma e a demanda agregada

No mesmo capítulo em que se encontra a citação acima, afirma-se o seguinte:

O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através da tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas. Por outro lado, parece improvável que a influência da política bancária sobre os juros seja suficiente por si mesma para determinar um volume de investimentos ótimo. Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação próxima do pleno emprego. (KEYNES, 1988, p. 248)

Defendemos, na primeira seção, que o processo de distribuição de renda fomentado pelo ex-presidente Lula resultou em um perfil de evolução do consumo, que, desde meados de 2004, passou a comandar o crescimento da economia (Gráfico 6) e do emprego formal (Gráfico 7) e que isso, aliado a outras políticas sociais

implementadas (atuantes pelo lado da oferta de trabalho), atacou o excedente estrutural de mão de obra.

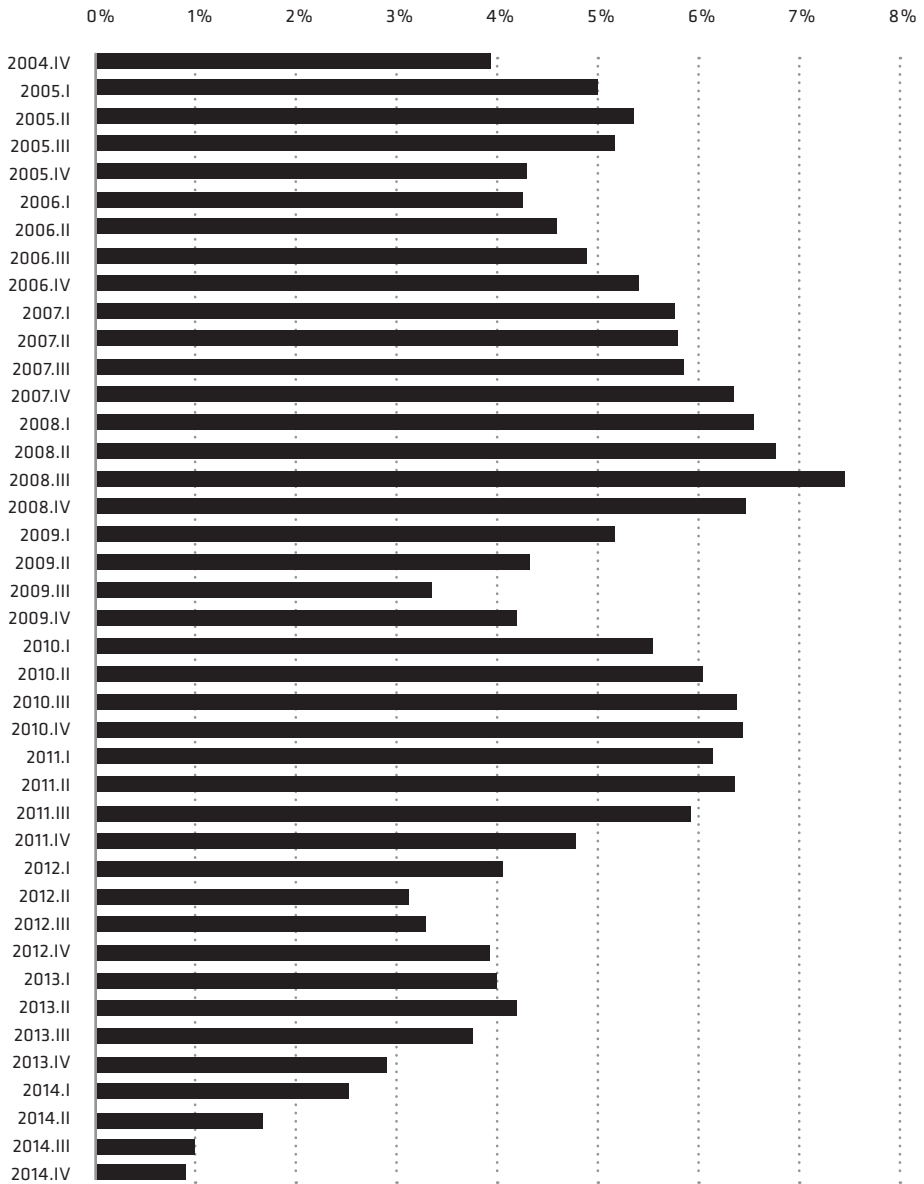
Segundo Bresser-Pereira (1976, p. 31), o investimento é a variável central do modelo keynesiano “devido ao fato de que é uma variável que pode ser manipulada com relativa facilidade, enquanto que o consumo, não”. Contudo, em uma economia subdesenvolvida, em que a maioria da população vive com baixos níveis de renda e, portanto, com propensão a consumir próxima à unidade, e considerando-se que o seu padrão de consumo associa-se à oferta doméstica e a setores intensivos em mão de obra, a manipulação do consumo apresenta-se como uma estratégia concreta de estímulo à demanda e ao emprego. Como visto acima, foi justamente por tais razões que Furtado defendeu o papel central da diversificação do consumo para a absorção do excedente estrutural de mão de obra.

O desafio da presidente Dilma era dar continuidade ao processo de integração da força de trabalho iniciado por seu antecessor e garantir a segurança de sua evolução frente a um cenário internacional menos favorável e em um contexto em que a curva da oferta dos fatores já se encontrava mais pressionada. Por mais que o emprego, a estrutura ocupacional e o rendimento tenham evoluído até 2014, a partir de 2011 inicia-se uma desaceleração dos componentes que alimentaram a demanda agregada nos anos anteriores, o que, aliado à incapacidade do governo em traduzir os novos desafios em uma “estratégia nacional de desenvolvimento”¹⁶, culminará na rápida deterioração vivida a partir de 2015.

Em nossa opinião, são razões político-econômicas as que explicam essa deterioração, mais especificamente um processo paulatino de desaceleração do crescimento da propensão a consumir e de deterioração do incentivo para investir. Resumiremos a contribuição do primeiro governo da presidente Dilma a esse processo a três decisões tomadas por ela em seu primeiro mandato.

16. “O desenvolvimento econômico exige uma estratégia nacional de desenvolvimento [...] O que é isso? [...] É mais que um projeto ou plano nacional de desenvolvimento, porque abrange informalmente o conjunto da sociedade, ou grande parte dela; ilumina para todos um caminho a ser trilhado e estabelece certas diretrizes bem gerais a serem observadas; e, embora não pressuponha uma sociedade sem conflitos, exige razoável consenso” (BRESSER-PEREIRA, 2015, p. 29-30).

Gráfico 8 | Consumo privado: Crescimento acumulado em 12 meses 2004-2014



Fonte: SCN/IBGE. Elaboração: SERRANO; SUMMA (2015).

Após um período de baixo crescimento que durou até 2003, o consumo privado cresceu, em média, 5,3% entre 2004 e 2010, com um pico de 6,4% em 2010. Apesar de uma leve recuperação de meados de 2012 a meados de 2013, o que se observa é uma desaceleração do crescimento no período 2011-2014, chegando a 0,9% no final de 2014.

Para Serrano e Summa, o aumento do consumo foi condicionado basicamente por três fatores: a evolução do rendimento, a disponibilidade de crédito e a taxa de juros (2015, p. 13-14). Além da diminuição dos juros, iniciada em 2003, o ex-presidente Lula também tomou uma série de medidas para aumentar a disponibilidade de crédito e ampliar o seu acesso para as classes mais baixas, como a criação do crédito consignado. No entanto, ainda segundo Serrano e Summa, o problema com a expansão do crédito é sua sustentabilidade, para o que é preciso que a renda real se mantenha em crescimento, os juros se mantenham caindo e os prazos dos financiamentos aumentando, já que é natural o aumento do endividamento;¹⁷ ao mesmo tempo, é preciso que “novos consumidores” continuem entrando no mercado de crédito em um processo “extensivo” (SERRANO; SUMMA, 2015, p. 14-16).

A partir de 2011, deterioram-se todas as condições mencionadas acima como necessárias para sustentar o crescimento do crédito consumidor. No início do primeiro mandato, a presidente Dilma, na primeira das três decisões mencionadas acima, resolve conter o consumo por meio do controle do crédito, quando eleva a taxa de juros de 10,7% para 12,4% e adota um conjunto de “medidas macroprudenciais”¹⁸, que restringiram o acesso, elevaram ainda mais o custo do crédito e diminuíram os prazos de pagamento. Aliado a isso, a diminuição do crescimento econômico fez com que o ritmo de expansão do emprego caísse ano a ano, o que, além de prejudicar a incorporação dos “novos consumidores”, fez com que a média de crescimento da renda caísse de 5,3% no período 2004-2010 para 1,2% no período 2011-2014 (SERRANO; SUMMA, 2015, p. 18).

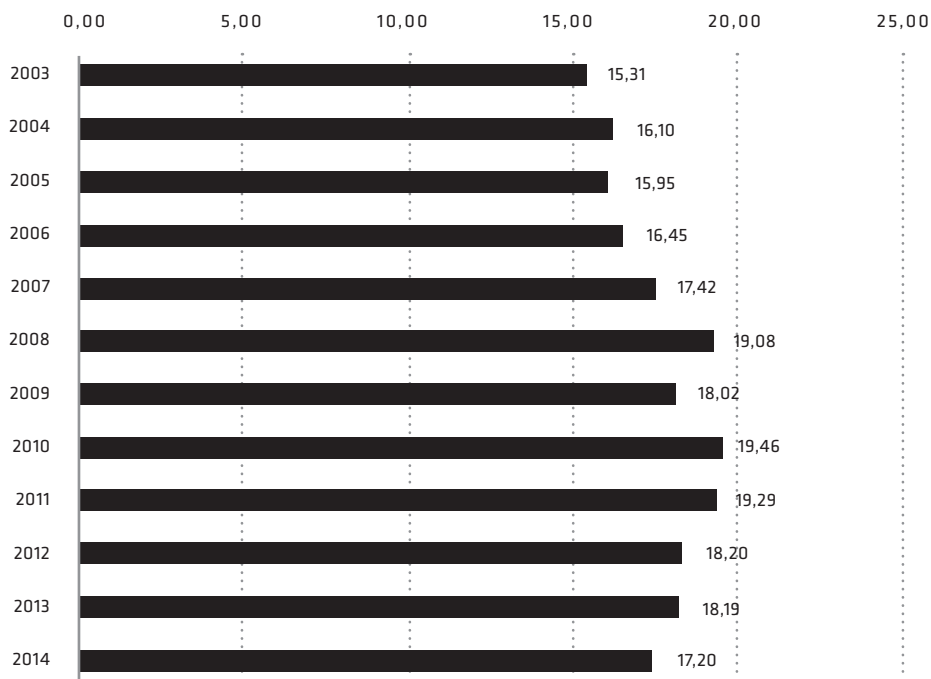
Assim, as medidas citadas atuaram no sentido de inibir a sustentabilidade do crescimento do consumo, o que ajudou a fazer com que a sua contribuição à demanda ca-

17. Saiu de 18% do orçamento familiar em 2005 para 46% em 2014 (SERRANO; SUMMA, 2015, p. 15).

18. “These measures [...] included: a) an increase in the compulsory deposit of deposits; b) an increase in the minimum capital required of banks for consumer loans of longer maturities, which discourages banks from expanding lines; c) increasing taxes on financial transactions for consumer credit; and d) raising the minimum payment percentage on credit card” (SERRANO; SUMMA, 2015, p. 16-17).

ísse expressivamente, em um curto espaço de tempo (Gráfico 8). No entanto, apesar da contribuição das referidas medidas “macroprudenciais” para a desaceleração do consumo, é preciso ficar claro que o principal agente por trás de tal queda foi a retração dos investimentos. Se o consumo foi a mola propulsora dos empregos na gestão do ex-presidente, a continuidade desse processo — tendo em vista a tendência (“natural”, conforme Keynes, mas acentuada pelas medidas discutidas acima) de que crescimento do consumo apresente taxas decrescentes ao longo do tempo — residia no aumento, ou pelo menos na manutenção, da taxa de investimento. Segundo o Ipea, a taxa de investimento nominal em percentagem do PIB sai de 15,31% em 2003 para 19,46% em 2010, caindo para 18,19% em 2013 e para 17,20% na média dos três primeiros trimestres de 2014 (Gráfico 9).

Gráfico 9 | Taxa de investimento nominal em percentagem do PIB – 2003-2014

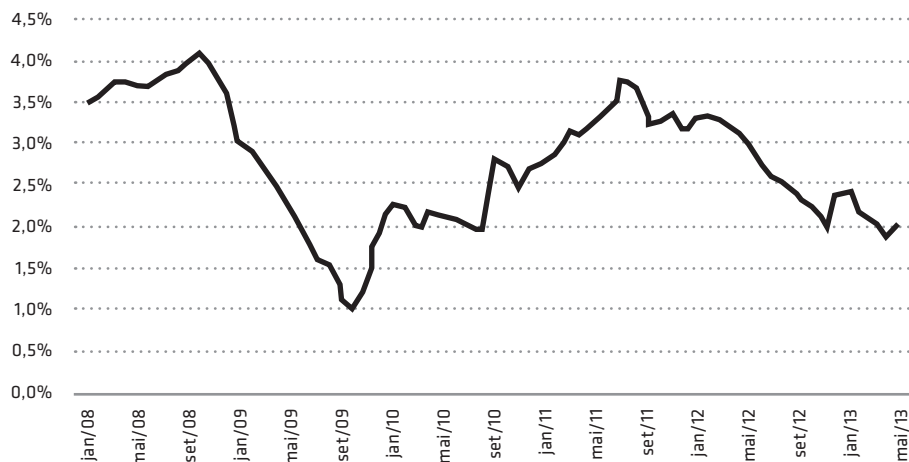


Fonte: SCN/IBGE. Elaboração: IPEA.

As outras duas decisões da presidente a que nos referimos acima, encadeadas, têm forte relação com essa queda. Primeiro, é preciso destacar que as medidas macroprudenciais foram acompanhadas de uma retração da política fiscal, também iniciada em 2010 e intensificada nos primeiros trimestres do novo governo. Para dar uma resposta à crise financeira deflagrada pela quebra do banco Lehman Brothers em setembro de 2008, o governo do ex-presidente Lula, além de intensificar a queda dos juros e ampliar a expansão do crédito, que já vinha implementando, acionou a política fiscal. Como ilustrado abaixo (Gráfico 10), o resultado primário do governo central cai rapidamente em 2009, saindo de 4,1% em outubro de 2008 para 1,0% em outubro de 2009, o que teve “um impacto direto na recuperação da economia brasileira, que ocorreu de forma relativamente rápida, já no segundo trimestre de 2009 a economia retomava um ritmo de crescimento similar ao verificado no primeiro/segundo trimestres de 2008” (JORGE; MARTINS, 2013, p. 137).

Contudo, no final de 2009, inicia-se uma reversão de tal trajetória expansionista, continuada ao longo de 2010 e intensificada em 2011, justamente quando crescia o ambiente de incerteza internacional e se agravava a crise europeia.

Gráfico 10 | Resultado primário do setor público consolidado em % PIB - 2008-2013



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: JORGE; MARTINS (2013)

A presidente Dilma, portanto, subestimando os impactos da crise internacional e superestimando o potencial da demanda agregada doméstica, decide iniciar a sua gestão restringindo o crédito e intensificando o aperto fiscal iniciado no último ano do governo Lula, o que levou à forte queda tanto do investimento quanto do consumo entre 2011 e 2012, e, por conseguinte, do crescimento, que ficou em 3,9% e 1,8%, respectivamente.

Diante de tal cenário, o governo resolve reagir e decide voltar a pôr em prática uma política fiscal expansionista, quando entra em cena a terceira decisão que mencionamos acima: a de que, nessa nova resposta fiscal, o investimento público não teria mais um papel central,¹⁹ optando por estimular o investimento no setor privado, o que foi feito com uma série de iniciativas que visaram à redução dos custos do investimento e o aumento nas margens de lucro (SERRANO; SUMMA, 2015, p. 25).

Enquanto o investimento público ficou estagnado na casa dos 4,4% do PIB em 2012 e 2013, abaixo dos 4,7% de 2010, o gasto com desonerações – em que se destacam as de folha de pagamento – e subsídios – em que se pode destacar os do BNDES – subiu consideravelmente.²⁰ Como apontam De Paula, Modenesi e Castro Pires:

A composição da expansão fiscal limitou o seu efeito anticíclico. Durante a crise do Lehman Brothers, o governo deu mais ênfase às despesas – como aumento das transferências sociais; aumento dos investimentos públicos e da Petrobrás; e promoção do programa “Minha Casa Minha Vida”. Pelo lado das desonerações, algumas ações pontuais foram adotadas [...] Enquanto a crise do Lehman envolveu um conjunto rápido de desonerações fiscais importantes e de expansão de despesas, a resposta na crise do Euro ocorreu apenas a partir do 2º semestre de 2012 e viesada na direção de desonerações fiscais, muitas das quais sem efeito. (MODENESI; PAULA; PIRES, 2013, p. 66).

Haja vista o desempenho em queda da economia e a retração externa, de fato, justificava-se a adoção de uma política fiscal anticíclica, contudo “a mesma veio atrasada

19. No Brasil, o investimento público, longe de fazer *crowding out* ao investimento privado, o antecede e o estimula. Cf. *Investimento público em infraestrutura no período pós-privatizações*, de Montes e Reis (2011).

20. Contando só os anos de 2013, 2014 e 2015, segundo dados da Fazenda, estima-se que os empréstimos subsidiados do BNDES custarão cerca de R\$ 57,4 bilhões, ao passo que as desonerações de folha custaram, de 2012 a 2014, R\$ 36 bilhões, prevendo-se um desembolso de mais de R\$ 20 bilhões em 2015.

e privilegiando isenções fiscais ao invés de investimentos públicos” (Ibidem). A presidente Dilma, portanto, ao decidir restringir o crédito e expandir o superávit fiscal no início do seu mandato e, após a rápida desaceleração da economia, privilegiar o incentivo ao investimento privado, contribuirá decisivamente para a desaceleração do consumo, do investimento e, conseqüentemente, do emprego. Para completar, sua política anticíclica não foi comunicada de maneira adequada: o governo prometeu que, mesmo com a adoção de medidas anticíclicas, cumpriria a meta de superávit primário, o que fez por meio de artifícios contábeis. Como defendem De Paula, Modenesi e Pires (2013, p. 66), “melhor seria se o governo já em meados de 2012 revisasse realisticamente a meta quando estava claro que não iria cumprir a mesma, justificando tal mudança, como fez em 2009, em função da desaceleração em curso”. A tudo isso, com a aproximação das eleições, somaram-se ainda, devido ao temor do impacto da inflação sobre os eleitores, o aumento dos juros²¹ iniciado no primeiro semestre de 2013 e o recrudescimento das tensões políticas associado ao papel desempenhado pelos meios de comunicação, que contribuíram para acelerar a deterioração da eficiência marginal do capital e do investimento.

Considerações finais

A retração do lulismo

Consideramos que o principal resultado da gestão do ex-presidente Lula foi o recuo do excedente estrutural de mão de obra e que tal resultado pode ser considerado estrutural. A convergência de políticas econômicas e sociais implementadas no período culminaram no fortalecimento da participação do setor de serviços e de bens de consumo pessoal como polos dinâmicos da economia, aumentando o potencial do efeito multiplicador dentro da economia, graças ao reforço da relação entre consumo e investimento, relação esta que, segundo Furtado, estaria no cerne da inadequação do modelo keynesiano às economias subdesenvolvidas, já que, nestas, devido ao exce-

21. De 7,5% ao ano em março de 2013 para 11% em abril de 2014, patamar em que ficou até em outubro.

dente estrutural, “o investimento pode aumentar sem que ocorra redução ou aumento do consumo” (FURTADO, 1983, p. 156). O recuo do excedente estrutural, portanto, criou um mercado consumidor de massa na economia brasileira e tornou-a mais sensível a flutuações no investimento, o que consideramos um fenômeno de importância estrutural para a ordem econômica nacional.

Contudo, apesar da importância desse processo, concordamos com a interpretação de Alexandre de Freitas Barbosa, de que a “era Lula” não criou “condições suficientes para a emergência de um novo padrão de desenvolvimento” (2013, p. 40). Isso significaria criar condições para um deslocamento da força de trabalho para setores de maior produtividade, produtores de bens de alto valor agregado, para o que seria preciso um forte investimento em infraestrutura, programas concretos de desenvolvimento setorial, uma reestruturação do sistema nacional de emprego focado no capital humano e no aumento da produtividade do trabalho, uma reforma tributária capaz de, simultaneamente, racionalizar o fisco, tornando-o menos regressivo e, ao mesmo tempo, induzir o investimento em setores considerados prioritários, além de uma reversão sustentada do binômio câmbio valorizado/juros alto.

Em resumo, seria preciso criar mecanismos para canalizar o excedente derivado do crescimento do setor de consumo pessoal para o desenvolvimento da indústria e dos serviços de alto valor agregado, tal qual, em seu momento, se canalizou o excedente da exportação de *commodities* para aquele setor. Isso acarretaria uma alteração na ordem econômica que poderia ser capaz de levar a integração da classe trabalhadora à economia capitalista a um novo patamar, com empregos mais produtivos, mais estáveis, mais bem remunerados e em um mercado de trabalho mais homogêneo.

Longe de caminhar para tal patamar, o que vivemos hoje é uma retração: cresce o desemprego, a informalidade, a heterogeneidade e caem as remunerações. A destruição de postos de trabalho e o retorno dos inativos já realimentam o excedente estrutural.

Retrai-se o legado do ex-presidente e isso acontece porque se retrai a ordem econômica que alimentou a sua construção: o que se conquistou de 2004 a 2011, a confiança no consumo em crescimento e em um governo capaz de mantê-lo em equilíbrio sem deteriorar o quadro da dívida pública, que, lado a lado com uma taxa de juros em queda, elevou a escala da eficiência marginal do capital e permitiu à taxa de investimento alcançar um crescimento compatível com a contínua expansão do emprego, deprimiu-se, nos últimos quatro anos.

As decisões tomadas pela presidente Dilma, somadas à ambiguidade com que o seu governo se comunicou com a sociedade e à incapacidade de emplacar uma estratégia nacional de desenvolvimento, deprimiram a demanda agregada e abalaram a confiança que alimentava a eficiência marginal do capital, ao que veio a somar-se, em 2014, a intensificação da deterioração das finanças públicas.

Foi, portanto, devido a uma série de decisões que aqui consideramos equivocadas, aliadas a uma série de problemas no desempenho do papel de liderança nacional, o que fragilizou o modelo de acumulação que alicerçou a ordem econômica fomentada pelo ex-presidente e não devido ao “mecanismo burguês pendular” (SINGER, 2015, p. 66), que, hoje, o legado do ex-presidente Lula encontra-se ameaçado.

Referências

- AMITRANO, C. Um mapa setorial do emprego e dos salários a partir de dados da RAIS. In: *Textos para Discussão*. IPEA, n. 2033, jan. 2015, p. 1-87.
- BACHA, E.; BONELLI, R. Crescimento e produtividade no Brasil: o que nos diz o registro de longo prazo. Seminários Dimac, n. 42. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- BALTAR, P. Crescimento da Economia e Mercado de Trabalho no Brasil. In: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. (Org.). *Presente e Futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014.
- BARBOSA, A. F. Os avanços da Era Lula. *Interesse Nacional*, ano 5, n. 20, jan./dez.2013, p. 40-50.
- BASTOS, C. P.; D'AVILA, J. G. O debate do desenvolvimento na tradição heterodoxa brasileira. In: *Revista de Economia Contemporânea*, vol. 13, n. 2, maio.ago/ 2009, p. 173-199.
- BELLUZZO, L. G.; ALMEIDA, J. G. *Depois da Queda: A economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.
- _____; SQUEFF, G.; VASCONCELOS, L. Evolução dos investimentos nas três frentes de expansão da economia brasileira na década de 2000. In: *Texto para Discussão* n. 2063, mar. 2015.
- BOIANOVSKY, M. A view from the tropics: Celso Furtado and the Theory of Economic Development in the 1950s. *History of Political Economy*, vol. 42, n. 1, abr. 2010, p. 221-266.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Da Macroeconomia Clássica à Keynesiana. 1976. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1968/68-98DaMacroclassicaAKKeynesiana.apostila.pdf>>. Acesso em: 20/06/2015.
- _____. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: PRADO, L. C. D. *Desenvolvimento econômico e crise: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.
- COSTA, F. N. Keynes, Kaldor e o monetarismo. *Texto para discussão*. IE/Unicamp, n. 154, fev.2009, p. 1-29.
- FURTADO, C. *Teoria e Política do Desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *Economia do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- _____. Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. *A economia do subdesenvolvimento*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010, p. 329-354
- _____. Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento. In: D'AGUIAR, R. F. *Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Penguim, 2013, p. 113-141.

- _____; SOUSA, A. Los Perfiles de la Demanda y de La Inversión. *Trimestre Económico*, vol. 37, n. 147, jul.set./1970, p. 463-487.
- HERSCOVICI, A. Keynes e o conceito de capital: reflexões epistemológicas a respeito das premissas sraffianas da Teoria Geral. *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 33, n. 3 (132), jul.set./2013, p. 486-504.
- IPEA. Comunicado IPEA nº 155: A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda. Brasília, IPEA, set. 2012.
- JORGE, C. T.; MARTINS, N. M. Política Fiscal e Desaceleração da Economia Brasileira no Governo Dilma (2010-2012). In: ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA. *Dossiê da Crise IV: A Economia Brasileira na Encruzilhada*. 2013. Disponível em: <http://www.akb.org.br/upload/141020131857343605_DOSSI%C3%8A_Economia_na_encruzilhada.pdf>. Acesso em: 15/07/2015.
- KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1988.
- LEWIS, W. A. Desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. *A economia do subdesenvolvimento*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010, p. 413-462.
- LOBO, V. Dois Dogmas do Lulismo. *Política e Sociedade*, vol. 12, n. 26, jan.abril./2014, p. 133-161.
- MACEDO, M. M. O que vem acontecendo com a produtividade da economia brasileira? In: OLIVEIRA, M.P. et al. (Org.). *Rede de Pesquisa Formação e Mercado de Trabalho - Coletânea de Artigos: produtividade e desenvolvimento*. Brasília: ABDI; IPEA, v. VI, 2014, p. 75-119.
- MEDEIROS, C. A. *Inserção Externa, Crescimento e Padrões de Consumo na Economia Brasileira*. Brasília: IPEA, 2015.
- MIGLIOLI, J. *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MODENESI, A.; PAULA, A.; PIRES, M. A Tela de Contágio das Duas Crises e as Respostas da Política Econômica. In: ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA. *Dossiê da Crise IV: A Economia Brasileira na Encruzilhada*. 2013. Disponível em: <http://www.akb.org.br/upload/141020131857343605_DOSSI%C3%8A_Economia_na_encruzilhada.pdf>. Acesso em: 15/07/2015.
- MONTES, G. C.; REIS, A. F. Investimento público em infraestrutura no período pós-privatizações. *Economia e Sociedade*, Campinas, vol. 20, n. 1(41), abr. 2011, p. 167-194.
- NAVARRETE, A.; NAVARRETE, I. O Subemprego nos países subdesenvolvidos. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. *A economia do subdesenvolvimento*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010, p. 357-362.
- NERI, M. *Assuntos Estratégicos: Social e Renda – A classe média brasileira*. Brasília: SAE, 2014.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à Razão Dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, vol. 30, nº 2 (118), abr.jun./2010, p. 219-232.
- RAMOS, C. A. *Economia do Trabalho: Modelos Teóricos e Debate no Brasil*. Curitiba: CRV, 2012.

- RAO, V. K. R. V. Investimento, renda e o multiplicador numa economia subdesenvolvida. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. *A economia do subdesenvolvimento*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010, p. 229-240
- ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problemas de industrialização da Europa do Leste e Sudeste. In: *A economia do subdesenvolvimento*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010, p. 265-275.
- SERRANO, F.; SUMMA, R. Aggregate Demand and the Slowdown of Brazilian Economic Growth from 2011-2014. 2015. Disponível em: <<http://cepr.net/documents/publications/Brazil-2015-08.pdf>>. Acesso em: 15/10/2015.
- SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos*, São Paulo, Ceprab, n. 102, jul. 2015, p. 42-71.
- SINGER, P. *Economia Política do Trabalho*. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1979.
- VIANNA, S. T. W.; LEITE, M. V. C. A questão da lei de Say e o retorno à teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado. In: ARAUJO, T. P.; VIANNA, S. T. W.; MACAMBIRA, J. *50 anos de Formação Econômica do Brasil: Ensaio sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

Recebido em 23/12/2015
e aceito em 15/8/2016.

